



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITABI**  
**ESTADO DE SERGIPE**

---

**CONTRATO Nº 010/2024**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
QUE ENTRE SI FIRMAM A CAMARA MUNICIPAL  
DE VEREADORES DE ITABI/SE, E DO OUTRO  
LADO A EMPRESA GENIVAL MELO DOS SANTOS  
00475552547, DECORRENTE DA DISPENSA DE  
LICITAÇÃO Nº 01/2024.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITABI/SE**, Pessoa Jurídica de Direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ: 32.728.164/0001-26, situada à Praça Pedro Vieira De Menezes, nº 175, Centro, CEP 49.870-000 - ITABI/SE, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, aqui representada por seu Presidente o Sr. Gerivaldo Alves De Resende Júnior, brasileiro, maior, capaz, portador do CPF: 025.XXX.XXX-76, e do outro lado a Empresa **GENIVAL MELO DOS SANTOS 00475552547**, inscrito no CNPJ: **45.393.499/0001-82**, Endereço: RUA DA FLORESTA, Nº 626, CAMPO NOVO, ITABI/SE, CEP:49870-000, Denominada de CONTRATADA, Representada neste ato pelo senhor GENIVAL MELO DOS SANTOS, Brasileiro, maior, capaz, portador do CPF: 004.XXX.XXX-47, para o fim especial de celebrarem o presente instrumento, tendo em vista o que consta do processo de DISPENSA de Licitação nº 01/2024, com base no artigo 24, Inciso II, da lei nº 8666/93, Legislação em vigor e nas cláusulas a seguir ajustadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).**

O presente contrato tem como objeto é a **Contratação de empresa para prestação de serviços de gravação/filmagem, edição e transmissão ao vivo em canal do youtube via internet (online) das sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, sessões solenes e áudio e vídeo da Câmara Municipal de Vereadores de Itabi.**

De acordo com o Projeto Básico e a Proposta de Preços da contratada. Conforme Dispensa nº 01/2024.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).**

Os serviços serão executados diretamente pela CONTRATADA, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, sendo pago o valor mensal de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, visando à perfeita consecução do objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITABI**  
**ESTADO DE SERGIPE**

---

**55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).**

A Câmara Municipal, pagará à Empresa contratada, quando da realização da prestação dos serviços, o valor mensal correspondente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

**3.1 – Perfaz o valor total deste contrato o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).**

§1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pela fiscalização da prestação dos serviços.

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Federal e Municipal, prova de regularidade junto ao FGTS – CRF e CNDT.

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - Não haverá reajuste de preços durante o período contratado.

§6º - Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

§7º Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, a Câmara Municipal de ITABI/SE efetuará o pagamento das faturas até 30 (trinta) dias da apresentação das mesmas na Tesouraria Municipal;

§8º O pagamento das obrigações relativas ao contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º § 2º, inciso III da Lei nº 4.320/64, art. 5º e 7º, § 2º, inciso III da lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)**

O prazo de vigência deste termo de contrato terá início na data de sua assinatura pelo período de 02 (dois) meses.

O prazo contratual acima mencionado poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, §1º da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n.º**



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITABI**  
**ESTADO DE SERGIPE**

---

**8.666/93).**

A despesa decorrente do presente contrato correrá por conta da dotação orçamentaria abaixo, com saldo suficiente, assim discriminado:

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: UO: 1001 – Câmara Municipal de Itabi - 2001 – Manutenção da Câmara Municipal - Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços Terceiro Pessoa Juridica - Fonte de Recursos: 150000 – Próprios.

**CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).**

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Pagamento dos salários, encargos sociais, taxas, fornecimento dos materiais necessários e demais despesas exigidas para execução dos serviços, será da contratada.
- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.
- Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito serviço, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;
- Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a CAMARA MUNICIPAL ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.  Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITABI**  
**ESTADO DE SERGIPE**

---

- Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;

Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

**CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).**

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

I - advertência;

II - multa de 1% (um por cento) por dia, até o máximo de 30% (trinta por cento), sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).**

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).**



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITABI**  
**ESTADO DE SERGIPE**

---

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO (art. 55, inciso XI, da Lei nº 8.666/93).**

O presente Contrato vincula-se em sua plenitude aos termos da proposta oferecida pela CONTRATADA, bem como ao Processo de Administrativo de Dispensa de Licitação, com base no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (Art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).**

O presente contrato fundamenta-se:

- I- nos termos da Dispensa de licitação que simultaneamente:
  - Constam do processo administrativo que originou;
  - Não contrariem o interesse público;
- II- nas demais determinações da lei Nº 8.666/93.
- III- nos preceitos do Direito Administrativo e Constitucional.
- IV- supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Paragrafo único – os casos omissos e quaisquer ajustes que fizerem necessários, em decorrência deste contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).**

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, ficará designado servidor FABIO FREITAS SANTOS, portador do CPF: 041.XXX.XXX-27, competente para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato execução conforme artigos. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, apensa a este instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO (Art. 55, §2º, Lei nº. 8.666/93)**



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITABI**  
**ESTADO DE SERGIPE**

---

As partes contratantes elegem o foro da cidade de ITABI/SE, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, em 02 (duas) vias, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

ITABI/SE, 09 de fevereiro de 2024.



**Gerivaldo Alves De Resende Júnior**  
**Presidente Da Câmara Municipal**  
**Contratante**

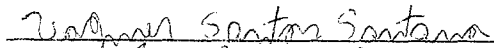


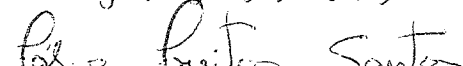
**GENIVAL MELO DOS SANTOS 00475552547**

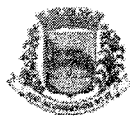
**CNPJ: 45.393.499/0001-82**

**Contratada**

TESTEMUNHAS:

I-   
CPF: 037.382.885-70

II-   
CPF: 041.871.185-27



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITABI**  
**ESTADO DE SERGIPE**

---

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2024**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2024**

**Contrato:** Nº 010/2024

**Contratante:** Câmara Municipal de ITABI/SE

**Contratada:** GENIVAL MELO DOS SANTOS 00475552547, Inscrito no CNPJ: 45.393.499/0001-82.

**Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de gravação/filmagem, edição e transmissão ao vivo em canal do youtube via internet (online) das sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, sessões solenes e áudio e vídeo da Câmara Municipal de Vereadores de Itabi.

**Valor Total:** R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

**Base Legal:** Artigo 24, Inciso II da lei nº 8666/93, Legislação em vigor.

**Recursos Financeiros:** 150000

**Parecer Jurídico** Nº 01/2024

**Data da Assinatura:** 09 de fevereiro de 2024

**Prazo de Vigência:** 02 (dois) meses

**Gerivaldo Alves De Resende Júnior**  
**Presidente da Câmara**